



Observatório das Desigualdades e-Working Paper N.º 3/2014  
doi: 10.15847/CIESODWP032014

## **Desigualdades, serviços públicos e justiça global**

João Mineiro

*Observatório das Desigualdades e-Working Papers* (ISSN 2183-4199)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL

<http://observatorio-das-desigualdades.com/>

**João Mineiro** Sociólogo, bolsheiro de investigação científica e mestrando em Sociologia no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) onde recebeu quatro Prémios de Mérito e Excelência Académica e o Prémio Caixa Geral de Depósitos. Tem trabalhado as problemáticas das desigualdades, classes sociais, juventude, cultura e movimentos sociais.

**Título:** Desigualdades, serviços públicos e justiça global

**Resumo:** Os serviços públicos de educação e saúde e as desigualdades são uma parte fundamental do mundo em que vivemos. No atual contexto de crise, temos assistido a um aumento das desigualdades e, particularmente no contexto europeu, a uma redução na oferta de serviços públicos. Neste artigo exploraremos a relação entre a oferta de serviços públicos de educação e saúde e as desigualdades globais. A partir dos dados do PNUD (2013), discutiremos em primeiro lugar, para treze países, as desigualdades na oferta de serviços de educação e saúde. Em segundo lugar, exploraremos a relação entre estas desigualdades e os indicadores de saúde, educação e desenvolvimento. Finalmente, analisaremos a relação entre estas desigualdades e a perspetiva subjetiva dos cidadãos sobre a satisfação com a oferta de serviços de saúde e educação nesses países.

**Palavras-chave:** Desigualdades, serviços públicos, saúde, educação, Estado-social.

**Title:** Inequalities, public services and global justice

**Abstract:** Both the public service of health and education and the inequalities are fundamental parts of the world we live in. In the present context of the crisis, we have seen an increase of inequalities and, particularly in the European context, a reduction in the provision of public services. In this article we will explore the relation between the provision of education and health public services and global inequalities. From the data from PNUD (2013), first, we will discuss, for thirteen countries, the inequalities in the provision of health and education public services. Second, we will explore the relation between these inequalities and the indicators of health, education and development. Finally, we will analyze the relation between these inequalities and the subjective perspective of the citizens about the satisfaction with the health and education services in these countries.

**Keywords:** Inequalities, public services, education, health, welfare state.

---

#### Como citar este artigo

---

Mineiro, João (2014), “Desigualdades, serviços públicos e justiça global”, *Observatório das Desigualdades e-Working Papers* N.º 3/2014, ISCTE-IUL, CIES-IUL, ISSN 2183-4199, doi: 10.15847/CIESODWP032014. Disponível em <http://wp.me/P4h6tu-p3>.

## **1. Introdução e pontos de partida**

As desigualdades sociais são um tema fundador e absolutamente central em todo o percurso da sociologia enquanto disciplina científica. Surgida no centro do capitalismo industrial, a sociologia foi um campo de produção e polémica intelectual na tentativa de interpretar o que era e como se explicava a nova sociedade que emergia com a Revolução Industrial. Nessa altura, fundadores e clássicos do pensamento e da teoria sociológica tão importantes como Karl Marx (1974; 1990; 1992; 1997), Auguste Comte (1974; 1982), Max Weber (1989; 1982) ou Émile Durkheim (1973) desenvolveram análises e propostas de leitura sobre os fenómenos desse tempo e, necessariamente, sobre as diferenças e desigualdades que nele se faziam sentir.

Longe de se ter esgotado nos clássicos, a relevância social e sociológica do problema das desigualdades percorreu a produção científica do século XX, continuando a animar debates contemporâneos em autores de tradições intelectuais tão distintas quanto Pierre Bourdieu (2010), Eric Olin Wright (1997), Anthony Giddens (1975), Michael Burawoy (2004), Nancy Frazer (2008), Göran Therborn (2006), Charles Tilly (2006), Anne-Catherine Wagner (2007), Saskia Sassen (2005), António Firmino da Costa (2012), entre muitos outros. Mas se a discussão em torno das desigualdades é particularmente ampla, esta pesquisa debruça-se sob um ponto de vista particular. Trataremos de analisar o caso das desigualdades relacionadas com a oferta de serviços públicos e com indicadores de saúde e educação sob um ângulo multidimensional, global, apoiado teoricamente e com recurso aos dados empíricos mais recentes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicados no final de 2013.

O mundo tem vivido desde 2008 uma crise económica de enorme alcance que provou que eram prematuras e apressadas as análises que se propuseram sobre a perda de relevância das desigualdades ou das classes sociais para pensar a sociedade contemporânea. Com efeito, a efetiva resposta à crise financeira foi a injeção de largos milhares de milhões de euros dos Estados no sistema financeiro que tinha entrado em colapso, originando assim um aumento das dívidas públicas e dos défices dos países. Esse endividamento traduziu-se naquilo a que se chamou de “crise das dívidas soberanas”. Esta crise, associada aos ditos programas de assistência financeira aos

países do Sul, tem suscitado uma enorme polémica acerca do futuro do Estado-social e dos serviços públicos que configuram uma parte considerável da arquitetura institucional europeia e que historicamente constituíram fatores imprescindíveis de distribuição da riqueza e esbatimento das desigualdades. É neste terreno que coloco duas interrogações sociológicas de partida: que diferenças há no mundo em termos de oferta de serviços públicos? E que relações têm eles com as desigualdades globais?

Assim, a partir dos dados mais recentes do PNUD de 2013, procurarei discutir algumas dimensões e indicadores relacionados com os serviços públicos, as despesas sociais e o investimento público em saúde e educação, em cinco grandes grupos de países: (a) países do sul da Europa com programas de assistência financeira ou similares (Portugal, Grécia e Espanha); (b) países do centro da Europa com mais poder nos centros de decisão europeus (Alemanha e França); (c) países do Norte da Europa que têm uma configuração de Estado-social muito desenvolvida (Noruega e Dinamarca); (d) novos países desenvolvidos, que estão a ganhar muita importância da geopolítica mundial (Brasil, China e Turquia); (e) e países de regiões menos desenvolvidas, nomeadamente no Médio Oriente (Arábia Saudita), África (Moçambique) e América Latina (Argentina).

## **2. Desigualdades globais e serviços públicos: por um quadro de orientação analítica**

A crise económica tem colocado as desigualdades no centro do debate público. Também no campo da sociologia o tema tem sido alvo uma reflexão aprofundada que importa brevemente aqui retomar. Charles Tilly (2005) propõe-nos dois conceitos fundamentais para ler as desigualdades: o primeiro designa de *bases sociais da desigualdade*, isto é, a distribuição desigual de recursos<sup>1</sup>; e um segundo que designa de *mecanismos sociais explicativos das desigualdades*, isto é, os mecanismos a partir dos quais se estruturam as distribuições assimétricas que constituem as bases sociais das desigualdades<sup>2</sup>. De um outro ponto de vista, Göran Therborn (2006) avança com uma

---

<sup>1</sup> No conceito cabem diversos tipos de recursos como por exemplo a posse de animais, terras e máquinas, mas também na atualidade o controlo de capital financeiro, de informação, os média e o conhecimento científico-tecnológico.

<sup>2</sup> O autor identifica três mecanismos fundamentais: os “mecanismos de exploração”, os “mecanismos de fechamento de oportunidades” e os “mecanismos de selecção-distribuição”.

proposta de diferenciação analítica fundamental sobre as desigualdades. Para o autor, podemos identificar três tipos de desigualdades no mundo em que vivemos: as desigualdades vitais (relacionadas com as questões da vida, morte, saúde, etc.); as desigualdades existenciais (isto é, as desigualdades de reconhecimento dos indivíduos ou grupos); e as desigualdades de recursos (isto é, as assimetrias de rendimento, riqueza, qualificação, cultura, etc.).

Encontramos nestas perspetivas duas orientações estruturantes. Em primeiro lugar, entendemos aqui os serviços públicos como um fator que historicamente tem contrariado muitos dos *mecanismos sociais explicativos das desigualdades*. Os serviços públicos, associados à arquitetura do Estado-social, têm contrariado as desigualdades e a sua reprodução nas sociedades contemporâneas. E em segundo lugar, propomos uma leitura das desigualdades que relaciona os serviços públicos com as desigualdades vitais (eles contribuem para uma melhoria transversal dos indicadores de saúde), as desigualdades existenciais (os serviços públicos podem contrariar desigualdades categoriais uma vez que permitem colocar os cidadãos em igualdade de circunstâncias) e as desigualdades de recursos (relacionada com o facto dos serviços públicos colocarem em igualdade de acesso ao mesmo serviço indivíduos com posições sociais e economicamente diferenciadas).

De uma perspetiva distinta, nas grandes discussões sobre a ideia de justiça identificamos duas perspetivas que personificam duas grandes correntes nesta matéria. A primeira é a de John Rawls (2001) e a sua teoria da justiça como equidade, e a segunda de Amartya Sen (2009) e a sua teoria da justiça como capacidade. Não nos cabendo aqui discutir aprofundadamente estas propostas, elas permitem-nos perspetivar duas orientações principais desta pesquisa. A primeira tem a ver com o facto dos serviços públicos, em linha com os princípios da teoria de Rawls, terem a capacidade de colocar em efetiva universalidade e igualdade de acesso, indivíduos de origens e pertenças socialmente diferenciadas. E a segunda, na linha teórica de Amartya Sen, é a de que apesar da universalidade no acesso, os serviços públicos podem permitir também perspetivar uma conceção de capacitação dos indivíduos.

Isto é, longe das lógicas assistencialistas pré-modernas, os serviços públicos constituem-se como estímulo da cidadania e da responsabilidade social e coletiva das sociedades.

É deste ponto de vista que analisarei a questão dos serviços públicos: eles constituem-se como instrumentos estruturantes que curto-circuitam alguns dos principais mecanismos sociais explicativos das desigualdades sociais, porque são garante de uma noção de igualdade que perspectiva a capacitação dos indivíduos, a cidadania e responsabilidade social das sociedades.

### **3. Desigualdades, despesas sociais e investimento público<sup>3</sup>**

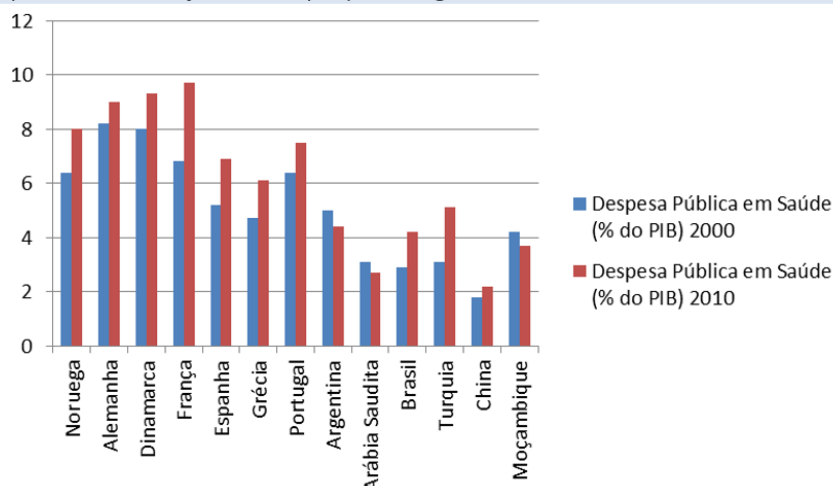
A construção dos serviços públicos carece, em primeiro lugar, de investimento público que sustente políticas sociais e garanta arquitetura institucional do Estado-social. Demasiadas vezes o debate público (e até o debate acadêmico) está ideologicamente armadilhado pelo simbolismo das palavras, das expressões e dos termos que se empregam na troca de argumentos. No caso dos serviços públicos, é muito frequente associar-se o dinheiro que o Estado gasta, por exemplo, em educação ou saúde, a uma “despesa” do Estado. Nessa ótica, a “despesa” com serviços públicos passa a ser enquadrada como uma área de inevitáveis cortes financeiros para se garantir a “sustentabilidade do Estado”.

Apesar de usarmos aqui o termo “despesa” por ser este que consta nos relatórios que analisámos, consideramos que, para contrariar a armadilha do discurso ideológico que se tem feito sobre este domínio, devemos entender o dinheiro que o Estado gasta com serviços públicos não como uma despesa, mas como um investimento. Um investimento na melhoria das condições de vida da sociedade, no combate às desigualdades e à exclusão social e na construção de uma sociedade coletivamente mais responsável e socialmente mais justa. Analisemos, então, o investimento público em saúde e educação:

---

<sup>3</sup> Toda a análise de dados a partir deste ponto parte de uma ordenação dos países em quadros ou figuras por ordem do ranking do ID dos países no PNUD (2013), designadamente: (1) Noruega (1º lugar no ranking); (2) Alemanha (5º lugar); (3) Dinamarca (15º lugar); (4) França (20º lugar); (5) Espanha (23º lugar); (6) Grécia (29º lugar); (7) Portugal (43º lugar); (8) Argentina (45º lugar); (9) Arábia Saudita (58º lugar); (10) Brasil (85º lugar); (11) Turquia (90º lugar); (12) China (101º lugar); (13) Moçambique (185º lugar).

Figura 1. Despesa pública em educação e saúde por porcentagem do PIB em 2000 e 2010

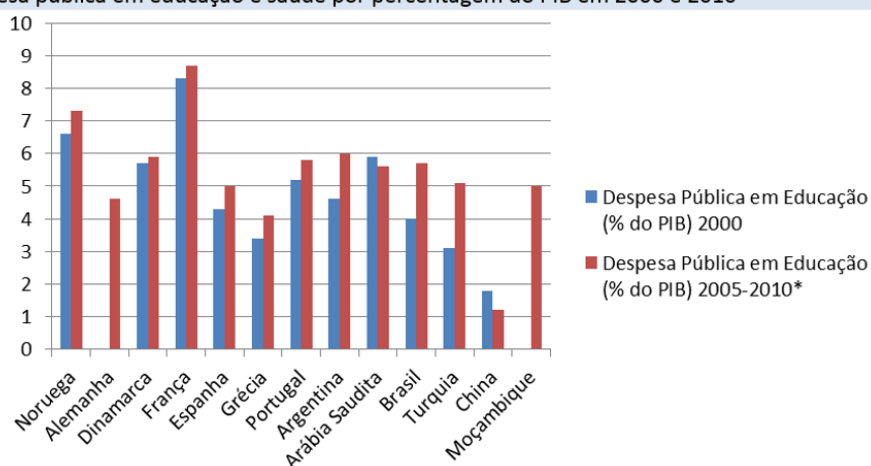


Fonte: PNUD (2013)

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

Olhando para o investimento público em saúde<sup>4</sup> constatamos que os países europeus eram quem tinha em 2010 maior despesa pública por porcentagem do PIB, designadamente a França (9,7%), a Dinamarca (9,3%), a Alemanha (9%) e a Noruega (8%). Seguidamente têm maiores percentagens os países do Sul da Europa, nomeadamente Portugal (7,5%), Espanha (6,9%) e Grécia (6,1%), seguidos da Turquia (5,1%), da Argentina (4,4%) e do Brasil (4,2%). Com menos percentagens, encontramos Moçambique (3,7%), Arábia Saudita (2,7%) e China (2,2%).<sup>5</sup>

Figura 2. Despesa pública em educação e saúde por porcentagem do PIB em 2000 e 2010



Fonte: PNUD (2013)

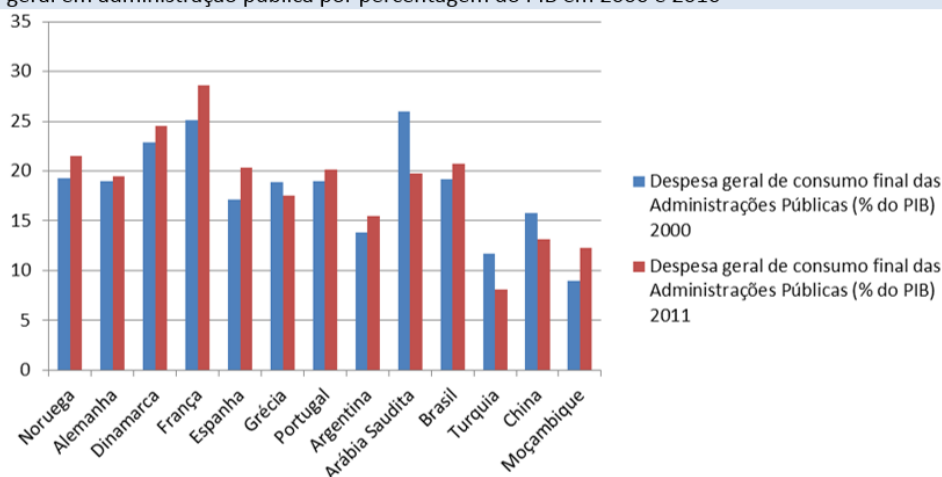
OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

<sup>4</sup> Ver Quadro 1 em anexo.

<sup>5</sup> Contudo, comparando com os dados de 2000, todos os países aumentam a percentagem de despesa com exceção da Argentina e da Arábia Saudita.

No que respeita à educação<sup>6</sup> constatamos que os países com mais investimento em educação são a França (8,7 %), a Noruega (7,3 %) e a Argentina (6%), seguidos de uma série de países com percentagens entre 5 % e 5,9% do PIB, designadamente a Dinamarca (5,9%), Portugal (5,8%), o Brasil (5,7 %), a Arabia Saudita (5,6%), Turquia (5,1%), Espanha e Moçambique (5%). Por fim, apresentam menos que 5 % de investimento em educação por percentagem do PIB a Alemanha (4,6%), a Grécia (4,1%) e a China (1,2%)<sup>7</sup>.

**Figura 3.** Despesa geral em administração pública por percentagem do PIB em 2000 e 2010



Fonte: PNUD (2013)

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

A tendência que aqui é ilustrada na despesa geral com a administração pública<sup>8</sup> resume, salvo algumas exceções, duas grandes tendências identificadas nas figuras anteriores: a primeira é a de que à descida dos rankings de ID dos países corresponde em traços gerais também uma redução da despesa pública em administração, saúde e educação; e a segunda é a de que apesar disso, olhando para última década, verifica-se um aumento geral da despesa pública que, no caso da educação, tem esbatido as diferenças entre os países.

<sup>6</sup> Ver Quadro1 em anexo

<sup>7</sup> De notar que dos dados disponíveis, em relação aos valores de 2000, todos os países aumentaram o investimento em educação, com exceções para a Arábia Saudita e a China.

<sup>8</sup> As despesas gerais com administrações públicas incluem todas as atuais despesas governamentais relativas à compra de bens e serviços (incluindo as remunerações dos funcionários e a maior parte das despesas com a defesa e a segurança nacionais, mas excluindo as despesas militares do governo, que fazem parte da formação do capital governamental), expressas em percentagem do PIB.

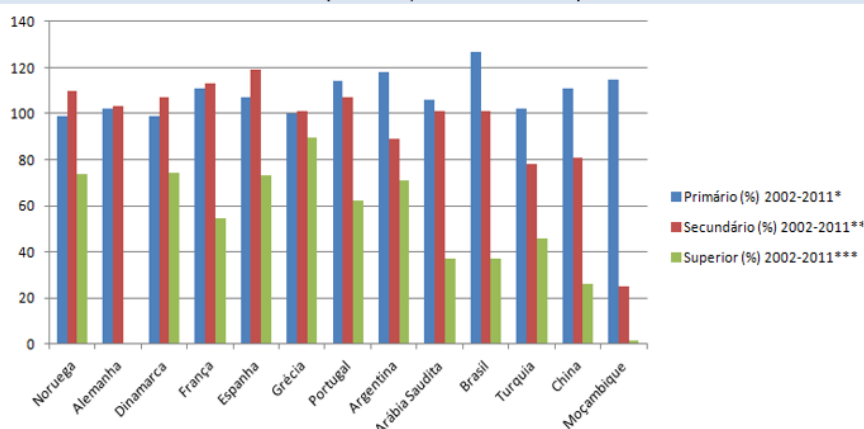


## 4. Desigualdades e indicadores de saúde e educação

### 4.1 Os indicadores de educação

A relação entre as desigualdades e os sistemas educativos tem sido alvo de enorme discussão na sociologia internacional, em particular desde a segunda metade do século XX (Bourdieu, 1976; Bernstein, 1980; Bowles, 1976; Baudelot e Estabelet, 1971; Young, 1971), e também na sociologia portuguesa (Almeida, 2005; Benavente, 1994; Canário, 2005; Gomes, 1987; Correia e Sebastião, 2007; Abrantes, 2003; Seabra, 2010; Lopes, 1997). Como referem vários autores (Pires *et al*, 1989), a obrigatoriedade da escolaridade é um mecanismo imprescindível de universalização dos sistemas de ensino. Analisando a escolaridade obrigatória nos treze países aqui em análise<sup>9</sup>, constatamos que em 2011 todos os países do Norte da Europa apresentam anos de escolaridade obrigatória elevados<sup>10</sup>.

**Figura 4.** Rácio bruto de matrículas no ensino primário, secundário e superior entre 2002 e 2011



Fonte: PNUD (2013)

OBSERVATÓRIO  
DAS DESIGUALDADES

O Sul da Europa apresenta algumas diferenças entre Portugal (9 anos), Grécia (10 anos) e Espanha (11 anos). Já o Brasil e a China aproximam-se dos países do Sul da Europa (com 9 anos), ao passo que Moçambique e a Arábia Saudita apresentam poucos anos de

<sup>9</sup> Ver Quadro 3 em anexo.

<sup>10</sup> A título ilustrativo a Alemanha (13 de anos de escolaridade), a Noruega (11 anos), a França (11 anos), Dinamarca (10 anos).

escolaridade obrigatória (7 e 6 anos respetivamente).<sup>11</sup> Vejamos agora o rácio bruto de estudantes matriculados nos diversos tipos de ensino<sup>12</sup>:

Constatamos, em primeiro lugar, olhando para a comparação entre países, que a Noruega, Dinamarca, Espanha e Grécia são na Europa e fora dela quem apresenta os melhores rácios de estudantes matriculados na globalidade dos tipos de ensino<sup>13</sup>. Em segundo lugar, é interessante perceber como para todos os países, o rácio de estudantes a frequentar o Ensino Primário é igual ou superior ao número de estudantes em idade de o frequentar. E finalmente, em terceiro lugar, salvo algumas exceções, constata-se que rácio de estudantes no Ensino Secundário e Superior vai descendo consoante desce também o ranking do ID dos países, registando uma rutura nos países do Sul da Europa e depois uma redução progressiva nos restantes<sup>14</sup>.

Por último, importa analisar aqui o rácio de professor/aluno<sup>15</sup>, onde é possível constatar que quer no ensino primário, quer no ensino secundário, os países melhor posicionados no Índice de Desenvolvimento da ONU têm também menores rácios de número de alunos por turma<sup>16</sup>.

#### **4.2. Os indicadores de saúde**

Como vimos anteriormente, Göran Therborn (2006) propõe como conceito central a noção de desigualdades vitais, relacionadas com as questões da vida, da mortalidade ou da saúde. De facto, como demonstraram Wilkinson e Pickett (2009), há uma relação forte entre a desigualdade e os indicadores de saúde. Olhando para dados e estudos realizados neste âmbito, os autores demonstram empiricamente como as sociedades mais desiguais do ponto de vista salarial e social têm, no geral, maior incidência de doenças mentais, menor esperança média de vida, mais mortalidade

---

<sup>11</sup> O caso de exceção parece ser aqui o da Argentina que apresenta 13 anos de escolaridade obrigatória como a Alemanha. Importa também referir que comparando estes dados com os de 2001 apenas quatro dos treze países analisados registaram um aumento da escolaridade obrigatória nomeadamente a Alemanha, a Noruega, a França e a Dinamarca.

<sup>12</sup> Os Rácios Brutos de Matrículas correspondem ao número total de matrículas num determinado nível de ensino (primário, secundário ou superior), independentemente da idade, expresso em percentagem do total oficial de população em idade escolar para o mesmo nível de ensino.

<sup>13</sup> Como vimos, são estes os países que também têm maior despesa pública em educação.

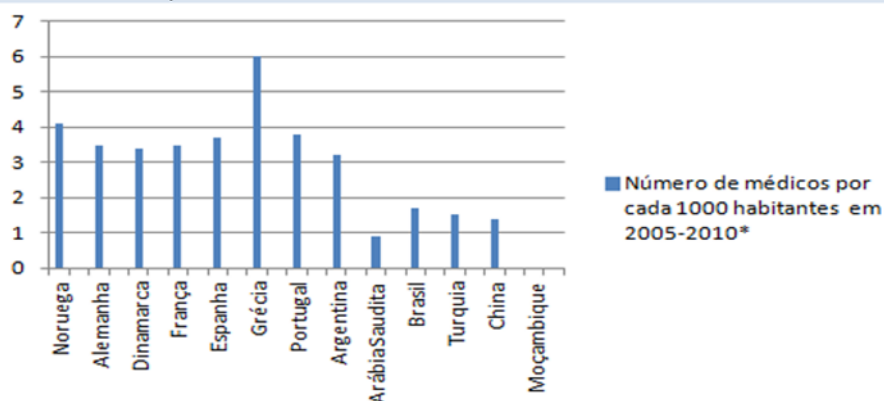
<sup>14</sup> Os dados concretos sobre o rácio de estudantes matriculados podem ser lidos no Quadro 3 em anexo.

<sup>15</sup> Ver Quadro 5 em anexo.

<sup>16</sup> A título de exemplo vejamos por exemplo que em 2011 no Ensino Secundário a Alemanha tinha um rácio de 13 alunos por professor, Espanha de 11, ao passo que a China tinha um rácio de 15 e Moçambique de 33.

infantil e maiores propensões para a obesidade. No nosso caso, analisando a prevalência do VIH na juventude (entre 15 e 24 anos)<sup>17</sup>, constatamos que, apesar dos países da Europa apresentarem percentagens entre 0,1 e 0,2 % de jovens infetados, a percentagem de mulheres é superior à dos homens em França, Espanha e Portugal. Nos restantes países onde dispomos de dados, a Argentina apresenta valores próximos aos dos países europeus com 0,1% em ambos os sexos, enquanto Moçambique tem percentagens substancialmente mais elevadas com 8,6 % nos homens e 31 % nas mulheres. Vejamos agora que diferenças se encontram ao nível do número de médicos por cada mil habitantes nos diferentes países<sup>18</sup>.

**Figura 5.** Número de médicos por cada mil habitantes



Fonte: PNUD (2013)

**OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES**

Verifica-se também neste âmbito uma diferença substancial entre os países europeus e os restantes, sendo que apesar disso não se identificam diferenças consideráveis internas à europa, com exceção do caso da Grécia que se destaca por dispor de 6 médicos por cada mil habitantes. O caso de Moçambique é também de destacar, uma vez que não apresenta sequer um médico para cada mil habitantes.

## 5. Desigualdade e satisfação com os serviços públicos

Louis Chauvel (2006) propõe uma grelha analítica para ler a relação entre as desigualdades objetivas e a subjetividade perante as desigualdades. Isto é, procura comparar as sociedades mais e menos desiguais e simultaneamente aquelas que mais

<sup>17</sup> Ver Quadro 6 em anexo.

<sup>18</sup> Ver Quadro 8 em anexo

recusam ou aceitam essas mesmas desigualdades. Nesse âmbito, chega a uma proposta de quatro tipos-ideais de sociedades: *as sociedades de classes*, em que há grande desigualdade mas também uma grande recusa dessas desigualdades; *as sociedades superconflituais* onde há pouca desigualdade mas muita recusa das desigualdades que existem; *as sociedades de alienação* em que há grandes níveis de desigualdade e muita aceitação dessas desigualdades; e finalmente *as sociedades sem classes*, caracterizadas por poucas desigualdades e muita aceitação das desigualdades que existem. Sendo esta proposta uma tentativa de encontrar tipos-ideais de sociedades a partir da identificação de um conjunto de características-tipo que permitam orientar a observação empírica, ela é inevitavelmente redutora da multiplicidade de sociedades e sobretudo das diferenças que existem dentro delas. Mas ela adverte-nos para um problema interessante: é que nem sempre as sociedades mais desiguais são necessariamente aquelas em que é mais forte a rejeição social das desigualdades. Será também assim com os serviços públicos?

A partir desse ângulo, proponho que olhemos para os Coeficientes de Gini<sup>19</sup>, que nos permitem ter um primeira leitura sobre as desigualdades das sociedades, relacionando-os com os níveis de satisfação com os serviços públicos de educação e saúde nos diferentes países.

	Coeficiente de Gini (%)	Satisfação com a qualidade dos cuidados de saúde <sup>20</sup> (%)	Satisfação com a qualidade da educação <sup>21</sup> (%)
Noruega	25,8	68	-
Alemanha	28,3	47	65,6
Dinamarca	27,8	82	64,5
França	30,8	84	58,5
Espanha	34,7	84	59
Grécia	34,3	45	77,9
Portugal	34,5	69	64,9
Argentina	44,5	66	62,6
Arábia Saudita	-	69	61,8
Brasil	45,5	44	53,7

<sup>19</sup> Os Coeficientes de Gini, aqui extraídos do PNUD (2013), são uma medida do desvio da distribuição do rendimento (ou do consumo) entre indivíduos ou famílias internamente a um país a partir de uma distribuição perfeitamente igual. Um valor de 0 representa a igualdade absoluta, um valor de 100 a desigualdade absoluta.

<sup>20</sup> Este indicador revela a percentagem de inquiridos que responderam “sim” à pergunta “No seu país, confia nos sistemas de cuidados médicos ou de saúde?”

<sup>21</sup> Este indicador revela a percentagem de inquiridos que responderam “satisfeitos” à pergunta “Está satisfeito ou insatisfeito com o sistema de ensino?”

Turquia	39	67	54,3
China	42,5	-	62,6
Moçambique	45,7	69	63,2

Apesar de para 2011 não haver dados sobre o Coeficiente de Gini para um dos países desta análise, é possível constatar que para o caso da saúde encontramos três configurações distintas. A primeira mostra que a Noruega e a Alemanha, apesar de terem Coeficientes de Gini mais reduzidos (desigualdades menos acentuadas), têm índices de satisfação com o seu serviço de saúde mais baixos, quando comparados com países como Espanha e Portugal que, apesar de terem Coeficientes de Gini mais altos (desigualdades mais acentuadas), têm maiores percentagens de satisfação com a saúde. Pelo contrário, países como o Brasil, a Turquia ou a China têm Coeficientes de Gini ainda mais elevados (desigualdades mais acentuadas), mas a sua satisfação com o serviço de saúde é reduzida.

No caso da educação, provavelmente pelo facto de não se notarem diferenças tão acentuadas entre os países ao nível do investimento público, os dados mostram uma grande diversidade de casos. Há países como a Alemanha que têm desigualdades menos acentuadas e uma grande satisfação com os serviços de educação, outros como a Grécia têm desigualdades mais acentuadas que a Alemanha mas também muito maior satisfação com os serviços de educação. Paralelamente há países como o Brasil, a Turquia, a Argentina, a China ou Moçambique que têm de desigualdades ainda mais acentuadas mas que têm também percentagens de satisfação altas, sempre superiores a 50 %.

O que é que estes dados nos revelam? É que apesar do investimento em serviços públicos de saúde estar diretamente relacionado com o desenvolvimento e as condições de vida nos países, nem todos os países com mais desigualdades desta análise são acompanhados de uma menor satisfação com os seus serviços de saúde. Paralelamente, a menores investimentos e mais poucos indicadores de educação nas sociedades mais desiguais, não corresponde necessariamente uma menor satisfação com os sistemas de educação que existem. Não há, como se percebe, uma relação mecânica entre condições objetivas e subjetivas dos indivíduos perante as desigualdades e os serviços públicos. A estruturação das subjetividades individuais ou coletivas perante as

instituições é muito mais complexa que a mera associação mecânica entre condições objetivas e percepção subjetiva.

## **6. Conclusão e novas questões em aberto**

Em 1949, na viragem da metade do século XX, Gorge Orwell imaginou uma distopia que marcou o imaginário de uma geração. Chamou-lhe “1984” e no livro que lhe deu corpo, a personagem de O’Brien desafia-nos com uma interpelação tão sinistra, quanto desconcertante: “Se você quer uma imagem do futuro, imagine uma bota pisando um rosto humano - para sempre”.

Em sentido oposto, as revoluções políticas, democráticas, sociais, filosóficas, artísticas e culturais que marcaram a segunda metade do século XX em tantos domínios da vida das sociedades mostraram que a história estava longe de ser uma fatalidade assombrada pelos fantasmas da primeira metade do século. A segunda metade do século XX foi, assim, um tempo em que as tantas sociedades souberam construir os ventos das democracias que caminharam ao lado do desenvolvimento. A democracia política ganhou efetividade em múltiplos países e com ela uma parte do mundo viu nascer uma ideia solidária de democracia social na qual os serviços públicos e as políticas sociais se consubstanciavam enquanto instrumentos de esbatimento das desigualdades, proteção dos mais fracos e de desenvolvimento das sociedades. Foi essa realidade que vimos espelhada nos dados sobre os serviços públicos em tantos países desta análise.

Mas não mudou tudo em todas as frentes. Como aqui também vimos, as desigualdades no mundo continuam a ser a realidade com que nos confrontamos. Há ainda diferenças substanciais no investimento em serviços públicos, ainda se verificam desigualdades globais consideráveis em indicadores tão importantes como o número de médicos por habitantes, o acesso a graus mais elevados de ensino, na prevalência do HIV nos jovens ou na definição da escolaridade obrigatória e, para além disso, numa grande parte dos países, o facto de haver mais desigualdades não significa que essas sociedades estejam menos satisfeitas com o défice de oferta de serviços de educação e de saúde que são tão fundamentais para o seu combate.

De facto, muitas outras desigualdades que aqui não se analisaram continuam por todo o mundo a fazer-se sentir e, no momento que vivemos, as mudanças políticas que se veem na Europa são um sintoma claro de que a ideia moderna, democrática e

modernizadora de Estado-Social construída na segunda metade do século XX e nos primeiros anos deste século pode estar em risco. É a própria ONU que denuncia que “os governos introduzem atualmente rigorosas medidas de austeridade, que reduzem o papel do Estado-providência, diminuem as despesas do Estado e os serviços públicos, conduzindo a dificuldades e exacerbando a contração das economias. Nos países desenvolvidos, regista-se, para muitos cidadãos, uma diminuição dos padrões de vida”<sup>22</sup>. Se, como ficou demonstrado nesta análise, a noção de “modelo social europeu” foi sedimentada através de uma referência à Europa enquanto região do mundo mais dotada de instrumentos públicos de combate às desigualdades, proteção social e distribuição da riqueza, o horizonte europeu nestes tempos está bem longe dessa realidade.

A Europa respondeu à crise com austeridade, com uma aposta na diminuição dos serviços públicos e do papel do Estado-social e, em consequência, assiste ao retorno de uma vaga autoritária e de extrema-direita que se espalha por quase todos os países europeus, mas que tem particular expressão em França, na Hungria e na Grécia. É precisamente nesta Europa que se vão impondo constrangimentos e sanções fortíssimas sobre as escolhas orçamentais dos Estados através do Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governação da União Económica e Monetária (vulgo Tratado Orçamental).

Os caminhos perigosos e movediços que a Europa percorre dão uma pertinência ainda maior à interpelação que Nancy Frazer (2008) nos deixa. Perante a crise e o aprofundamento das desigualdades, há uma urgência escandalosamente atual em refletir sobre o que chamou de *políticas de distribuição*, *políticas de reconhecimento* e *políticas de representação*.

De facto, numa Europa e num mundo em transformação acelerada, ou a justiça social e global ganha espaço, ou corremos o sério risco de, a curto prazo, como há 65 anos no romance distópico de Orwell, termos novamente os nossos imaginários contaminados com uma imagem do futuro associada a uma bota pisando a cara da humanidade. É esse futuro que está em causa no debate sobre os serviços públicos, o Estado-social e a democracia na Europa.

---

<sup>22</sup> PNUD (2013): 21

## Referências bibliográficas

Abrantes, Pedro (2003), *Os Sentidos da Escola: Identidades Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade*, Oeiras, Celta Editora.

Almeida, Ana Nunes de (2005), “O que as famílias fazem à escola... pistas para um debate”, *Análise Social*, 176, pp. 579-593.

Baudelot, Christian e Roger Establet (1971), *L'école capitaliste en France*, Paris, Maspero.

Benavente, Ana (1994), *Renunciar à escola. O abandono no Ensino Básico*, Lisboa, Fim do Mundo.

Bernstein, B. (1980), “Entrevista com Basil Bernstein”, *O Professor*, 25 (nova série), pp. 19-23.

Bourdieu, Pierre e J. Passeron (1976), *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa, Editorial Vega.

Bowles, Samuel e Herbert Gintis (1976), *Schooling in Capitalist America*, New York, Basic Books.

Burawoy, Michel (2014), “Facing an Unequal World: Challenges for Global Sociology”, *XVIII ISA World Congress of Sociology*, Yokohama, Japan.

Canário, R. (2005), *O que é a Escola?: um olhar sociológico*, Porto, Porto Editora.

Chauvel, Louis (2006), “Tolérance et résistance aux inégalités”, em Hughes Lagrange (org.), *L'Épreuve des Inégalités*, Paris, PUF, pp. 23-40.

Comte, Auguste (1974), *Discurso sobre o Espírito Positivo*, Lisboa, Seara Nova.

Comte, Auguste (1982), *Importância da Filosofia Positiva*, Lisboa, Ed. Inquérito.

Correia, Sónia Vladimira e João Sebastião (2007), “A democratização do ensino em Portugal” em José Manuel Leite Viegas, Helena Carreiras e Andrés Malamud (org.),



*Portugal no Contexto Europeu. Vol. I: Instituições e política*, Oeiras, Celta Editora, pp. 107- 135.

Costa, A. F. (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Mundos Sociais.

Durkheim, Émile (1973), *De la division du travail social*, Paris, Presses Universitaires de France.

Frazer, Nancy (2008), *Scales of Justice*, Cambridge, Polity.

Giddens, Anthony (1975), *A estrutura de classes das Sociedades Avançadas*, Rio de Janeiro, Zahar.

Gomes, Carlos Alberto (1987), “A interacção selectiva na escola de massas”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, 3, pp. 35-49.

Lopes, João Teixeira (1997), *Tristes Escolas: Práticas culturais estudantis no espaço e escolar urbano*, Porto, Edições Afrontamento.

Marx, Karl e Frederich Engels (1974), *Manifesto do Partido Comunista*, Porto, Edições Sementes, 1.

Marx, Karl (1990), *O Capital (Tomo I)*, Lisboa, Edições Avante.

Marx, Karl (1992), *O Capital (Tomo II)*, Lisboa, Edições Avante.

Marx, Karl (1997), *O Capital (Tomo III)*, Lisboa, Edições Avante.

Pires, Eduardo Lemos e outros (1989), *O ensino básico em Portugal*, Rio Tinto, Asa.

PNUD (2013), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, ONU.

Rawls, John (2001), *Uma Teoria da Justiça*, Lisboa, Editorial Presença.

Sassen, Saskia (2005), “New Global classes: implications for politics”, em Anthony Giddens e Patrick Diamond (org.), *The New Egalitarianism*, Cambridge, Polity, pp. 143-153.

Seabra, Teresa (2010), *Adaptação e Adversidade: o desempenho escolar dos alunos de origem indiana e cabo-verdiana no ensino básico*, Lisboa, ICS-UL.

Sen, Amartya (2009), *The Idea of Justice*, Londres, Allen Lane/penguin.

Therborn, Göran (org.) (2006), *The World. A beginner's Guide*, Cambridge, Polity.

Tilly, Charles (2005), "Historical perspectives on inequality", em Mary Romero e Eric Margolis (org.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, Malden, Blackwell, pp.15-30.

Wagner, Anne-Catherine (2007), *Les Classes Sociales dans la Mondialisation*, Paris, La Découverte.

Weber, Max (1989), "Classes, Status e Partidos" em M. Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas: Os fundadores e os clássicos*, Lisboa, Edições Gulbenkian.

Weber, Max (1982), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Presença.

Wilkinson, R. e K. Pickett (2009), *The Spirit Level*, Allen Lane.

Wright, Erik Olin (1997), *Class Counts. Comparative Studies in Class Analysis*, Nova Iorque, Cambridge University Press.

Young, Michael (1971), *Knowledge and control: new directions for the sociology of education*, London, Collier-Macmillan.

# Anexo

Quadro 1: Despesa pública em educação e saúde por percentagem do PIB em 2000 e 2010.  
Fonte: PNUD (2013)

Despesas públicas	
Educação (% do PIB)	Saúde (% do PIB)

	2000	2005-2010*	2000	2010
Noruega	6,6	7,3	6,4	8
Alemanha	-	4,6	8,2	9
Dinamarca	5,7	5,9	8	9,3
França	8,3	8,7	6,8	9,7
Espanha	4,3	5	5,2	6,9
Grécia	3,4	4,1	4,7	6,1
Portugal	5,2	5,8	6,4	7,5
Argentina	4,6	6	5	4,4
Arábia Saudita	5,9	5,6	3,1	2,7
Brasil	4	5,7	2,9	4,2
Turquia	3,1	5,1	3,1	5,1
China	1,8	1,2	1,8	2,2
Moçambique	-	5	4,2	3,7

\*Os dados apresentados são os dados mais atuais entre 2005 e 2010.

Quadro 2: Despesa geral de consumo final em administração públicas por percentagem do PIB.

Fonte: PNUD (2013)

Despesa geral de consumo final das administrações públicas (% do PIB)		
	2000	2011
<b>Noruega</b>	19,3	21,5
<b>Alemanha</b>	19	19,5
<b>Dinamarca</b>	22,9	24,5
<b>França</b>	25,1	28,6
<b>Espanha</b>	17,1	20,3
<b>Grécia</b>	18,9	17,5
<b>Portugal</b>	19	20,1
<b>Argentina</b>	13,8	15,5
<b>Arábia Saudita</b>	26	19,8
<b>Brasil</b>	19,2	20,7
<b>Turquia</b>	11,7	8,1
<b>China</b>	15,8	13,1
<b>Moçambique</b>	9	12,3

Quadro 3: Anos de escolaridade obrigatória em 2001 e 2011

Fonte: UNESCO (<http://stats.uis.unesco.org/unesco>)

País	Escolaridade obrigatória 2001	Escolaridade obrigatória
------	-------------------------------	--------------------------

2011		
Noruega	11	
Alemanha	13	13
Dinamarca	9	10
França	11	11
Espanha	11	11
Grécia	9	10
Portugal	9	9
Argentina	10	13
Arábia Saudita	6	6
Brasil	8	9
Turquia	8	-
China	9	9
Moçambique	7	7

Quadro 4: Rácio bruto de matrículas no ensino primário, secundário e superior entre 2002 e 2011.

Fonte: PNUD (2013)

Rácio bruto de matrículas			
	Primário (%)	Secundário (%)	Superior (%)
	2002-2011*	2002-2011**	2002-2011***
Noruega	99	110	73,8
Alemanha	102	103	-
Dinamarca	99	107	74,1
França	111	113	54,5
Espanha	107	119	73,2
Grécia	100	101	89,4
Portugal	114	107	62,2
Argentina	118	89	71,2
Arábia Saudita	106	101	36,8
Brasil	127	101	36,8
Turquia	102	78	45,8
China	111	81	25,9
Moçambique	115	25	1,5

\* Dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante este período.

\*\* *Idem*

\*\*\* *Idem*

Quadro 5: Rácio professor/aluno no Ensino Primário e Secundário em 2001 e 2011.

Fonte: UNESCO (<http://stats.uis.unesco.org/unesco>)

País	Rácio professor/aluno	Rácio professor/aluno	Rácio professor/aluno	Rácio professor/aluno
------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

	(2001) no Ensino Primário	(2011) no Ensino Primário	(2001) no Ensino Secundário	(2011) no Ensino Secundário
<b>Noruega</b>	-	-	-	-
<b>Alemanha</b>	15	12	14	13
<b>Dinamarca</b>	10	-	10	-
<b>França</b>	19	18	12	13
<b>Espanha</b>	14	12	11	11
<b>Grécia</b>	13	-	9	-
<b>Portugal</b>	13	-	10	-
<b>Argentina</b>	17	-	16	-
<b>Arábia Saudita</b>	--	11	--	-
<b>Brasil</b>	--	-	--	-
<b>Turquia</b>	-	-	-	--
<b>China</b>	22	17	19	15
<b>Moçambique</b>	66	55	--	33

Quadro 6: Prevalência VIH na juventude (% indivíduos entre 15 e 24 anos) em 2009

Fonte: PNUD (2013)

	Prevalência VIH na juventude (% indivíduos entre 15 e 24 anos) em 2009	
	Masculino	Feminino
Noruega	0,1	0,1
Alemanha	0,1	0,1
Dinamarca	0,1	0,1
França	0,1	0,2
Espanha	0,1	0,2
Grécia	0,1	0,1
Portugal	0,2	0,3
Argentina	0,2	0,3
Arábia Saudita	-	-
Brasil	-	-
Turquia	0,1	0,1
China	-	-
Moçambique	8,6	3,1

\* Dados de 2009

Quadro 8: Número de médicos por cada mil habitantes

Fonte: PNUD (2013)

	Médicos (por cada 1000 habitantes)
	2005-2010*
<b>Noruega</b>	4,1
<b>Alemanha</b>	3,5
<b>Dinamarca</b>	3,4
<b>França</b>	3,5
<b>Espanha</b>	3,7
<b>Grécia</b>	6,0
<b>Portugal</b>	3,8
<b>Argentina</b>	3,2
<b>Arábia Saudita</b>	0,9
<b>Brasil</b>	1,7
<b>Turquia</b>	1,5
<b>China</b>	1,4
<b>Moçambique</b>	0

\*Dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante este período.

	Coeficiente de Gini (%)	Satisfação com a qualidade dos cuidados de saúde <sup>23</sup> (%)	Satisfação com a qualidade da educação <sup>24</sup> (%)
Noruega	25,8	68	-
Alemanha	28,3	47	65,6
Dinamarca	27,8	82	64,5
França	30,8	84	58,5
Espanha	34,7	84	59
Grécia	34,3	45	77,9
Portugal	34,5	69	64,9
Argentina	44,5	66	62,6
Arábia Saudita	-	69	61,8
Brasil	45,5	44	53,7
Turquia	39	67	54,3
China	42,5	-	62,6
Moçambique	45,7	69	63,2

Quadro 9: Índice de Gini e satisfação com qualidade da saúde e da educação  
Fonte: PNUD (2013)

<sup>23</sup> Este indicador revela a percentagem de inquiridos que responderam “sim” à pergunta “No seu país, confia nos sistemas de cuidados médicos ou de saúde?”

<sup>24</sup> Este indicador revela a percentagem de inquiridos que responderam “satisfeitos” à pergunta “Está satisfeito ou insatisfeito com o sistema de ensino?”